



O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO: DO CONTROLE AO RESPEITO INTEGRAL DO SABER

THE SCHOOL SOCIAL ROLE IN EDUCATION: FROM CONTROL TO INTEGRAL RESPECT OF KNOWLEDGE

Renata Maria Moschen Nascente
Alice Cristina Breda

RESUMO: O presente artigo discute o papel social da escola. Assim, inicia-se com uma contextualização histórica do tratamento das crianças que caminha da não importância para o entrelace religioso que ressignificou o ser criança para a sua descoberta da inocência. Passa-se, então, para a verificação de que com a abertura das escolas para mais camadas da população fica claro seu funcionamento como mecanismo de controle e disciplina dos corpos infantis para serem úteis ao trabalho, formando uma microestrutura reprodutora das dinâmicas de produção e reprodução social. Então, chega-se à discussão acerca do papel social da escola, reconhecendo-se como premissa que nenhum aluno está vazio de conhecimentos prévios. Neste sentido o professor tem seu papel como direcionador dos saberes formais e individuais dos alunos para a construção de significado no projeto de vida dos alunos e do contexto do qual fazem parte, incluindo a escola, onde há diversidade de pensamentos, gêneros e raças. Aponta-se o gestor como principal mediador dessas questões por meio do intermédio escola-comunidade-governo, especialmente se fundada em uma gestão democrática. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a entrevista com professoras da rede pública municipal da cidade de Hortolândia - SP.

Palavras-Chave: Educação; Papel social da escola; Professores; Escola; Gestores.

ABSTRACT: This article discusses the school social role. In this way, it begins with a historical contextualization of treatment of children from no importance for the religious intertwining that has re-signified being a child discovering their innocence. Then its proceed to verify that with the opening of schools to more layers of the population, its functioning as a mechanism for controlling and disciplining children's bodies to be useful for work becomes clear, forming a microstructure that reproduces the dynamics production and social reproduction. Then, it comes to the discussion about the school social role, recognizing as a premise that no student is empty of previous knowledge. In this sense, the teacher has its role as a driver of the students' formal and individual knowledge for the construction of meaning in the students' life project and the context of which they are part, including the school, where there is diversity of thoughts, genders and races. The manager is appointed as the main mediator of the school's issues through the school-community-government intermediary, especially if founded on democratic management. The methodology used was a literature review and interviews with teachers from public schools in the city of Hortolândia – SP.

Keywords: Education; School social role; Teachers; School; Administrators.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

A temática do presente artigo origina-se com o questionamento levantado após a produção de um breve relato da trajetória acadêmica e profissional da autora no início do curso de pós-graduação da UFSCar - Relações com o Saber: Há um papel social da escola como algo fundamental para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos?



Assim, visa-se a discussão sobre o papel social da escola e de seus agentes, perpassada por uma revisão teórica indo em direção aos dias atuais por meio de análises das respostas de cinco professoras da rede municipal de Hortolândia.

Para Veiga-Neto e Lopes (2010) a escola foi criada como uma instituição que era mais capaz de efetivamente colocar em prática uma nova sociedade, assim vemos poucas mudanças desde então até os dias de hoje. A escola ainda se configura como um instrumento de controle, formação e instrução da sociedade.

A escola – como a instituição encarregada de executar a pedagogia, entendida como conjunto de práticas e saberes educacionais – logo passou a funcionar como a principal maquinaria capaz de produzir um novo tipo de indivíduos para um mundo que deixava as formas de vida medievais para trás (VEIGA-NETO; LOPES, 2010, p.156).

Desta feita, delimitou-se como objetivo analisar e compreender o papel social da escola no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Para tanto, realizou-se a revisão bibliográfica de dois artigos científicos sobre o papel social da escola. O primeiro, cujo título é O papel social da escola, dos autores Francisco Edileudo Nobre e Silviano Sulzart, publicado em 2018, na Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, e o segundo dos autores Carolina Machado Rocha Busch Pereira e Denis Ricardo Carloto, intitulado Reflexões sobre o papel social da escola, publicado na Pesquisas – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia, em 2016, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Soma-se a revisão entrevistas realizadas com dez professoras da rede pública municipal da cidade de Hortolândia – SP. A análise do material colhido a partir das entrevistas, composto de um questionário cuja única pergunta de resposta livre era "Na sua visão, qual o papel social da escola?". Cinco professoras se dispuseram a responder por escrito, e assim suas respostas foram discutidas em diálogo com o material bibliográfico levantado. Em seguida uma breve fundamentação teórica que faz uma retrospectiva da criança, a infância e o surgimento da escola e seu papel na sociedade. Após as reflexões históricas temos a discussão dos resultados obtidos a partir das respostas das professoras entrevistadas a luz do material bibliográfico disposto ao longo deste artigo e, por último, as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Phillippe Ariés (1981) em um retrospecto histórico, explicou que as crianças, nos séculos entre X até XIII, eram tratadas somente como continuidade da família e do poder, com sucessão de tronos, situação que era fortemente influenciada pela concepção de gênero feminino, de que meninas/mulheres só valiam pelo seu potencial reprodutivo, para realizar alianças por meio de casamentos. Muito do papel da criança na família em séculos anteriores ainda é desconhecido.



O termo criança é visto em textos da própria Bíblia com falas de Jesus usando de metáforas como o reino dos céus são para aqueles como crianças, que seriam adultos sem atitudes sem pecado. Já a infância era vista no século X e XI como um momento da vida que logo seria ultrapassado, sem a menor importância. É notada a presença de um vestígio de infância em pinturas, uma delas como relata Ariés (1981) o Evangelário de Oto III, onde eram retratadas como pequenos adultos, nem seus corpos eram entendidos, muito menos suas ideias e essência (Ariés, 1981).

Ariés (1981) ressalta que a descoberta dessa criança está claramente ligada à religião, à pintura de figuras que seriam anjos, nos quais P. du Colombier em 1951, teria feito traços jovens, redondos e vistosos, assim também a criança mais conhecida de todas, o próprio Jesus, mais tarde com representações de ações típicas infantis, amamentação, papinhas e até brinquedos.

Como a mortalidade infantil era alta, vemos que a criança começa a fazer parte das famílias quando são representadas em túmulos e também como espíritos em pinturas. A alma começa a ser enxergada e retratada como uma criança. Somente nos séculos XVII que os retratos de crianças sozinhas, sem a presença dos pais, família ou outros adultos começaram a ser difundidos (Ariés, 1981).

Com a maior religiosidade e os conceitos morais sendo conhecidos, deixaram de incentivar costumes nos quais a criança era exposta a uma sexualização precoce, brincadeiras e toques sexuais por parte de adultos para com elas e vice-versa. Livros foram reformulados, então nasce assim a ideia da inocência infantil, logo, a infância (Ariés, 1981).

A partir daí vemos mudar costumes num geral, desde recomendações para que as mães e amas não deixassem as crianças sozinhas, à necessidade de uma educação desde a tenra infância e até mesmo a moda se modifica e cria vestes apropriadas para as crianças. Um marco pode ser observado para a percepção dessa infância dentro das famílias, a “paparicação” onde se tratava e admirava essa criança por seus erros e modos de criança inocente e aprendendo as coisas da vida, vemos também uma separação ainda maior do “mundo das crianças” para ao “mundo dos adultos” como, por exemplo, sendo as crianças muitas vezes separadas de jantares familiares (Ariés, 1981).

Porém a ideia da criança e infância ainda está sendo construída nos dias de hoje. É comum se dizer que “a vida começa” após essa criança ter crescido e adquirir certas responsabilidades. Diz-se, então, que elas são o “futuro da nação”, que elas ainda “tem tanta vida pela frente” e pergunta-se diversas vezes “o que você vai ser quando crescer?”. Entretanto, as crianças já são algo no presente e não apenas um projeto de ser do futuro.

A partir da descoberta da criança, da consciência do corpo, da noção de inocência e infância, pode-se levar tudo isso para dentro dos locais de ensino, que mais tarde foram abertos a mais camadas da população, e lá regrou-se todos os gestos, maneiras e expressões do corpo infantil, um regime de verdade. Foucault (1987 *apud* MORUZZI, 2019) tem conceitos sobre uma invenção dessa Infância e com isso diversos mecanismos foram criados para que a escola funcionasse como ambiente de disciplina aos corpos, corpos esses que fossem úteis ao trabalho e às convenções.



A partir de então vemos a institucionalização da criança e da infância por meio da escola. Nesses estabelecimentos foi criada uma correlação entre a sexualização do corpo e a produção da ideia de infância, que segundo Moruzzi (2019, p.456.) seria “a pedagogização do sexo da criança (...) é um movimento que começa pelo corpo e produz um modo de ser e ter (...), uma Forma-infância para todas as crianças, isto é, um dispositivo da infância”.

Dentro das escolas cada vez mais se vê uma técnica de poder sobre esses corpos, que denominamos disciplina. As aulas, que antes eram em lugares amplos, foram se modificando a ponto de chegarmos ao modelo bem conhecido por nós, as salas de aulas fechadas em paredes e com carteiras enfileiradas, sendo até setorizados por suas capacidades, isso Foucault (1987 apud Moruzzi 2017, p.283.) denomina de “Anatomia Política do Detalhe”, na qual corpos e gestos das crianças foram tão analisados e disciplinados, nos seus gestos mais simples e pequenos a ponto de possuir o mesmo comportamento.

Segundo Moruzzi (2019) as práticas pedagógicas têm como base diversas técnicas de poder, e as instituições continham saberes:

(...) saberes estes que diziam algo sobre as suas formas de aprender, de se comportar, de agir, e, sobretudo, se coadunavam com os regimes de verdade que compreendiam as crianças como seres, ora inocentes, ora imorais, de maneira tal que a escola se inclina nas ações de uma educação protetora, e ao mesmo tempo, corretiva da criança (MORUZZI, 2019, p. 444).

Essa anatomia política se expande não somente para e através das crianças, mas para toda a sociedade, esse controle e disciplinamento recai sobre todos e tem certas características como a distribuição espacial dos corpos. Cria-se nichos de encarceramento para todos os tipos de pessoas, as crianças vão para a escola, os doentes aos hospitais, loucos aos manicômios, criminosos para as prisões. Assim a sociedade está controlada e setorizada. Essa setorização e enquadramento se dão também em diversas áreas e que instauram, enraízam e perpetuam preconceitos até hoje, tais como a heteronormatividade das famílias e casais, a segregação racial, de classe e de gênero. Segundo Foucault:

O que interessa nessa distribuição é anular todos os efeitos das formas indecisas, vigiar cada indivíduo de modo que não haja desaparecimentos descontrolados destes, ou seja, não pode existir no espaço disciplinar, uma circulação difusa de pessoas, de modo que a disciplina trabalha por meio de táticas que são “antidispersivas”, “antivadiagem” e “antiaglomeração” (FOUCAULT, 1987, p. 123 apud MORUZZI, 2019, p.446).

E essa distribuição é feita para que os corpos sejam ainda mais úteis dentro do espaço de trabalho, rendam mais, possam ser ainda mais controlados e vigiados de lugares estratégicos, assim essa anatomia política vem ao encontro dos interesses do capital.

Juntamente com a distribuição dos corpos temos uma distribuição do tempo, este também exerce influência sobre os corpos. A escola tem exemplos bem claros de controle



do tempo, temos horários para todo tipo de atividade, até mesmo para o “descanso”, sendo exigido um comportamento específico para cada um deles.

Portanto, a escola pode ser vista como uma microestrutura que replica a organização e as dinâmicas de produção e reprodução sociais da nossa sociedade atual, inclusive fazendo parte do dever dos professores e educadores fazer com que as crianças aprendam noções básicas de comportamento e se enquadrem dentro de certos padrões sociais.

É impossível negar que a escola pública seja um espaço abrangente e que abriga enorme número de crianças vindas dos mais diversos lugares, e este espaço e diversidade nos ensina a lidar com o diferente todos os dias, devendo “[...] ser um lugar para aprender a conviver e lidar com a diversidade humana”, conforme explicitado por uma das professoras entrevistadas.

Apesar de a família ser o nosso primeiro exemplo para tudo, as situações e conflitos domésticos e familiares divergem em conteúdo ou intensidade daquelas encontradas fora do âmbito familiar. E é na escola, local em que abriga uma diversidade de pensamentos, que as situações ali propostas podem fazer com que os alunos exercitem suas habilidades de pensamento, resolução, empatia, entre muitos outros.

A seguir iremos analisar os resultados obtidos a partir da resposta das professoras entrevistadas, analisando o papel da escola e dos professores na formação dos alunos.

RESULTADOS

A partir do que se discutiu até aqui sobre a criança, a infância e seu histórico na sociedade, analisaremos os dados dos questionários. Ao rever o pensamento de que a escola é um local que permite que os alunos exercitem suas habilidades, uma das professoras entrevistadas nos relata que a “[...] escola amadurece as crianças, pois muitos aprendem a ser independentes ali, a pensar, a aprender quando exposta a situações que os professores propõem [...]”, de forma que possibilita levantar o questionamento sobre o papel dos professores e professoras que precisam ensinar, disciplinar e estruturar a forma de pensamento das crianças que estão inseridas em uma cultura imediatista, a qual traz dificuldades de lidar com frustrações, até mesmo pequenas (CHARLOT, 2008).

Além disso, as crianças chegam à escola com conhecimentos prévios a partir da sua vivência que tiveram no seu ambiente familiar ou em outros locais que foram criadas, como, por exemplo, em abrigos. Nenhuma criança vem para a escola vazia de conhecimentos, sejam eles mais profundos ou não, pois todos carregam uma história.

Dessa forma, a escola se apresenta como o local de reunião para que esse saber possa ser direcionado para a produção de algo maior, assim, o que é ensinado deve ter um significado para o projeto de vida dessa criança e para o contexto no qual ela está inserida.

No mesmo sentido, a visão de uma das professoras entrevistadas é que “[...] A aprendizagem tem que ser baseada na bagagem da criança, no que ela já sabe e levar em conta os ambientes que a criança convive [...]”. Assim, é possível entender que somente



a partir da preocupação da escola com o significado do ensino para o aluno, de forma individual e coletiva, é que a aprendizagem se torna real.

Charlot (2008) defende algumas ideias sobre a universalidade da escola. Porém, observa que há uma contradição na universalidade, que reside justamente no dever de se respeitar a individualidade de cada um, sendo importante que os professores respeitem essas diferenças. Necessário, então, que seja dado espaço e visibilidade para as diferenças dos alunos, que podem por ele serem evidenciadas, estabelecendo-se parâmetros de semelhanças e diferenças que irão enriquecer o conteúdo de aprendizagem, não só individual, mas também de toda a coletividade da sala de aula que passa a compreender que existem formas de pensar e construir conhecimentos diversos dos seus.

Dessa forma, o saber acumulado que as crianças trazem da sua experiência de vida pessoal para a escola devem ser somados com os conteúdos formais dos currículos oficiais e com os praticados em cada escola. Esses saberes em conjunto devem contribuir para a formação de pessoas com algum senso crítico, que leva as ideias para seu meio e as retorna à escola, onde podemos mais uma vez fazer a interação desses saberes.

Além disso, quando o saber é levado para o meio em que o aluno vive, ele o compara e o analisa de acordo a visão de sociedade própria da sua realidade, podendo decidir usar esse conhecimento para melhorar ou mudar algo, seja na sua comunidade ou na escola, pondo em exercício a sua cidadania.

Nesses termos, uma das professoras entrevistadas nos relata que “[...] nessa interação, além das trocas de conhecimento informais, existe o fator principal que é o conhecimento formal, a interação com os saberes socialmente acumulados, o que contribui para o preparo dessa criança para o exercício da cidadania.”

Charlot (2008), reforçando essa ideia, defende que deve haver um misto entre os conhecimentos que a criança constrói sozinha e aqueles apresentados pela escola. Algumas vezes o aluno precisa de uma ajuda simples e quase imperceptível orientação do professor, e, outras vezes, será necessário que o professor conduza o aluno, em coparticipação, na construção dos conhecimentos necessários.

Portanto, há uma mediação por parte do professor, ao lidar com estes inúmeros conhecimentos, os “antigos”, “novos” e também há os “supernovos”, estes que foram reformulados por meio das aprendizagens na escola.

Uma das professoras relata ainda que: “[...] além de promover a socialização dos alunos e propiciar momentos de coletividade, [a escola] é também o local onde ele deveria aprender sobre a sociedade [...]”, principalmente sobre a sua integração dentro de um coletivo social, pois tem se tornado cada vez mais evidente que o individualismo e a falta de um sentimento coletivo é uma característica marcante entre as pessoas, dentro e fora da sala de aula.

Desta forma, a escola deve ser um ambiente feito para o aprender, de diversas formas, seja pelo interesse do aluno nos conteúdos teóricos ensinados ou pela curiosidade que se desperta a partir do pensamento crítico desse mesmo conteúdo, possibilitando que isso se transforme em um sentido para planejar seu futuro escolar-acadêmico ou profissional. Assim, nessa perspectiva, outra professora nos relata que a “[...] função da



escola é instruir, despertar o interesse e a curiosidade nos alunos, dar a motivação necessária para que desejem o conhecimento e almejem um futuro. [...]"

Essa função da escola tem um olhar também voltado para o mercado de trabalho, e a formação mais ampla. Honório Filho (2010), em síntese ao pensamento de Delory-Momberger, destaca que ao ensinar é necessário desenvolver capacidades aptidões pessoais e profissionais.

Além do professor, neste papel social da escola temos o gestor, que tem papel central nas mediações das questões sociais da escola, ele é quem relaciona escola-comunidade-governo, por meio da gestão democrática. Luiz, Nascente e Lima (2015, p.77,78) ressaltam que “A questão da democracia perpassa a escola desde a adoção de políticas públicas, passando pela gestão da instituição, envolvendo discussões sobre currículo escolar e chegando às relações interpessoais”.

O gestor tem entre suas atribuições a administração dos estudantes e suas relações entre si e com os demais funcionários, funcionários e suas questões burocráticas, com os governos - seja federal, estadual ou municipal e suas verbas, prestações e equilíbrio de contas e contratos de terceirizadas, além das relações família e escola. Oliveira, Duarte e Clementino, apontam que

[...] diretores (as) enfrentem os desafios de mediar conflitos, improvisar situações propícias aos ambientes de aprendizagem e realizar justiça social, ao mesmo tempo em que devem cumprir as metas de eficiência de seus sistemas escolares definidas pelos governos. (OLIVEIRA; DUARTE; CLEMENTINO, 2017, p. 717).

Em seu trabalho, os autores (OLIVEIRA; DUARTE; CLEMENTINO, 2017), fazem também referência sobre a relação das metas de qualidade de ensino em avaliações externas como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com o repasse de verbas pelo governo, fazendo assim com que passem a fazer reforços escolares, treinando os alunos para as avaliações, e também colocando dentro do Projeto Político Pedagógico (PPP) objetivos que visam às melhorias nessas notas. Assim como gestores, o Governo Federal usa de programas para que sejam alcançadas melhores notas, como o Programa Mais Educação que tem como:

[...] objetivo de ampliar a jornada diária educativa de crianças e adolescentes, visando diminuir as desigualdades educacionais com a oferta da educação integral. [...] PME também se tornou uma fonte complementar de recursos financeiros, tendo em vista que são as escolas mais precárias e de regiões mais vulneráveis a atender os alunos mais carentes. (OLIVEIRA; DUARTE; CLEMENTINO, 2017, p, 721).

Portanto, a escola, ao longo de sua história como instituição, passou de um local apenas para a contenção, onde ajudou-se a formar e entender o conceito de infância, um



local onde as forças de poder se relacionam e são exercidas para toda a sociedade, segundo os pensamentos de Foucault:

Um segundo momento, constituiu em colocar tais crianças em algum lugar fechado para que elas fossem vigiadas e controladas mais facilmente. [...] por meio de nova atmosfera produzida sobre a criança, de novo regime de verdade e de novas práticas que objetivam tornar visível certo modo de ser criança, certo modo de viver a infância e colocar a população (dentro dela, as crianças) em certo padrão de normalidade (MORUZZI, 2017, p.284).

Um local onde há diversidade de pensamentos, opiniões, práticas religiosas e modos de viver a vida em si, e que essa mesma diversidade é que propicia um espaço para a aplicação e construção da verdadeira democracia. Luiz, Nascente e Lima (2015, p.77) explicam que: “As condições concretas para a construção de um modelo democrático que atenda as demandas sociais dadas pelo reconhecimento da complexidade e da multiplicidade de interesses que caracteriza o existir humano”. Os autores ainda falam que esse espaço tão rico que é a escola é o local para que sejam desenvolvidas as questões de cidadania, liberdade de expressão, autonomia de pensamentos para a construção dessa mesma escola.

Por esse potencial de articulação e formação próprio da escola, é que ela pode ser vista como uma das instâncias sociais propiciadoras das passagens da heteronomia, que é a base para a participação, pois participar é uma forma de escolha, que só pode acontecer de fato se os sujeitos envolvidos tiverem desenvolvido certo grau de autonomia. Nessa hipótese é que a caminhada para a autonomia, que é propiciadora da participação, pode e deve ser desenvolvida pedagogicamente na escola. (LUIZ; NASCENTE; LIMA, 2015, p.81).

A escola é, portanto o local onde a participação, a autonomia é algo a ser desenvolvido e aprendido e vai além da autonomia física de controle do próprio corpo – desde a educação infantil, mas ela também se fortalece na autonomia de pensamentos, atitudes e opiniões – ensino fundamental e médio. Os alunos e professores crescem com as situações vividas, assim constituem-se num processo cíclico de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os relatos, podemos perceber uma concordância geral das professoras em que o papel social da escola vai muito além do ensino dos conteúdos de português e matemática, a escola forma cidadãos, as crianças aprendem por diversos meios e situações a entender e lidar com a sociedade que as cerca, e esperamos que quando adultos vão usar essas vivências para agir e mudar a sociedade – porém, não é bem assim. Com o engajamento dos jovens nas áreas sociais e políticas cada vez mais cedo por meio de diversas fontes de informação, vemos um contingente de assuntos que a escola está tendo que agregar. Não é mais só ensinar o “bê-á-bá”, tem-se muito trabalho a fazer, mas ao



mesmo tempo a escola e o professor – principal articulador desse estudo/sistema/aprendizado – está preparado?

Em seu artigo sobre o professor na sociedade contemporânea, Charlot (2008) afirma que esse acúmulo de tarefas e funções faz o professor e a escola se perderem em qual seu papel na sociedade atual. Ensinar ler e escrever? Formar para o mercado? Se sim, qual mercado de trabalho? Formar pensamento crítico? Dar suporte emocional, moral e até mesmo físico quando nos deparamos com situações em que a refeição da criança na escola é a única? Denúncias de abuso e maus tratos da própria criança ou de sua mãe?

Ainda fica a questão de qual o real papel social da escola, e se for realmente esse e tão complexo como se apresenta como ser de fato efetivo?

Considerando o que Veiga-Neto (1996, p.277) ressalta sobre a educação “[...] do indivíduo que vai se tornar sujeito, a instância de seu corpo e da sua existência: a instância do entendimento que ele tem do seu próprio corpo e da sua posição no mundo”. Os autores aqui analisados remetem à uma educação que respeita as diversidades e principalmente se posiciona para que o aluno seja um pensador crítico e ativo socialmente.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CHARLOT, Bernard. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. *Revista da FAEEBA – Educação e contemporaneidade*, Salvador, v. 17, n. 30, p. 17 – 31, jul./dez. 2008.

HONÓRIO FILHO, Wolney. Resenha – Biografia e educação. *Poiesis Pedagógica – V.8*, N.1 jan./jun. 2010; PP.203-209.

LUIZ, Maria Cecília; NASCENTE, Renata Maria Moschen; LIMA, Anderson. Gestão Democrática e conselhos escolares: a constituição da participação na e para a escola. In: SILVEIRA, Adriana Dragone (Org.). *Gestão democrática, participação popular e controle social*: livro 5: CONAE. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2015. v. 1. p. 75-94.

MORUZZI, Andrea Braga. *A infância como dispositivo: uma abordagem foucaultiana para pensar a educação*. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 22, n. 2, p. 279-299, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/4086/pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MORUZZI, Andrea Braga. A pedagogização do sexo da criança: do corpo ao dispositivo da infância". *Revista Eletrônica de Educação*, v. 13, n. 2, p. 438-458, maio/ago. 2019. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3355>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Alexandre William Barbosa; CLEMENTINO, Ana Maria. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos(as)



diretores(as). *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)*, v. 33, n. 3, p. 707 - 726, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/79303>>. Acesso em: 08 set. 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcine. *Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica*. ETD Educação Temática Digital, Campinas, v. 12, n. 1, p. 1-20, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/846/pdf_38>. Acesso em: 17 set. 2020.

VEIGA-NETO. Alfredo José da. O objeto-de-si-mesmo. In: *A ordem das disciplinas*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. p. 276-285. 1996. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131158>>. Acesso em: 28 set. 2020.